

JUL 13 2005

VOTORANTIM FINANÇAS S.A.
CNPJ Nº 01.386.256/0001-41
NIRE Nº 35300180542

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.
REALIZADA EM 13 DE ABRIL DE 2005

I. DATA, HORÁRIO E LOCAL - Dia 13 de abril de 2005, às 15 horas, na sede social da Companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2954, 10º andar, cj. 104, parte, Capital do Estado de São Paulo. **II. CONVOCAÇÃO** - Dispensada, tendo em vista a presença de todos os acionistas, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei n.º 6.404/76. **III. PRESENÇA** - Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas lançadas no livro "Presença de Acionistas". **IV. MESA DIRIGENTE** - José Ermírio de Moraes Neto, Presidente; Wilson Masao Kuzuhara, Secretário. **V. PUBLICAÇÕES** - As previstas no Artigo 133 da Lei nº 6.404/76, nos jornais "Diário Oficial do Estado de São Paulo" e "Diário do Comércio", em 08.03.2005. **VI. DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA** - **a)** Por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos, foram aprovados o Relatório da Diretoria, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31.12.2004. Conseqüentemente, foi aprovada a seguinte destinação do lucro líquido do exercício, que totalizou R\$ 604.552.893,57 (seiscentos e quatro milhões, quinhentos e cinquenta e dois mil, oitocentos e noventa e três reais e cinquenta e sete centavos): (i) R\$ 78.566.180,50 (setenta e oito milhões, quinhentos e sessenta e seis mil, cento e oitenta reais e cinquenta centavos), foram destinados para a Reserva Legal; (ii) R\$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), a título de dividendos, distribuídos na forma de juros sobre o capital próprio, conforme previsto no Artigo 9º da Lei 9.249, de 26.12.95, alterado pelo Artigo 78 da Lei 9.430, de 27.12.96 e na respectiva regulamentação, sendo parte, no valor de R\$ 62.556.353,66 (sessenta e dois milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, trezentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos), pago em 20 de janeiro de 2005, ficando o restante a ser pago até 31 de dezembro de 2005; (iii) R\$ 395.986.713,07 (trezentos e noventa e cinco milhões, novecentos e oitenta e seis mil, setecentos e treze reais e sete centavos), mantidos em reserva estatutária, denominada "Reserva de Expansão". **b)** Foi fixada a remuneração dos Administradores, até a Assembleia Geral Ordinária de 2006, em valor anual e global de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). **VII. DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA-**



[Handwritten signatures]

[Handwritten signature]

a) Por unanimidade, foi autorizada a lavratura e a publicação do extrato desta Ata, com o sumário dos fatos ocorridos e a transcrição das deliberações tomadas, conforme faculta o Art. 130, § 3º, da Lei nº 6.404/76; **b)** Foi deliberada e aprovada pela assembleia, por unanimidade, **(1)** o programa de distribuição pública de notas promissórias e/ou debêntures não conversíveis em ações, nominativas e escrituras ("Valores Mobiliários"), no montante máximo de R\$5.000.000.000,00 (cinco bilhões de reais) ("Programa de Distribuição"), de emissão da Companhia. A Companhia poderá realizar emissões dos Valores Mobiliários ao amparo do Programa de Distribuição a qualquer tempo e a seu exclusivo critério, observado o prazo máximo de 2 (dois) anos contados da data de seu arquivamento na Comissão de Valores Mobiliários e o montante máximo estipulado no Programa de Distribuição. Os termos e condições de cada uma das emissões ao amparo do Programa de Distribuição serão deliberados pelo órgão competente da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social e na legislação aplicável, por ocasião das respectivas emissões; **(2)** a quarta emissão de debêntures pela Companhia, sendo a primeira amparada no Programa de Distribuição, bem como sua distribuição pública no mercado interno, de acordo com as seguintes características ("Emissão"): (i) valor: R\$1.250.000.000,00 (um bilhão duzentos e cinquenta milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo), podendo, a critério da Companhia e/ou da Instituição líder da distribuição das debêntures ("Instituição Líder"), ser de até R\$1.687.500.000,00 (um bilhão seiscentos e oitenta e sete milhões e quinhentos mil reais); (ii) quantidade: serão emitidas 125.000 (cento e vinte cinco mil) debêntures. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 e do artigo 24 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, a quantidade total das Debêntures poderá ser aumentada sem a necessidade de novo pedido à CVM ou modificação dos termos da oferta, em até 43.750 (quarenta e três mil setecentas e cinquenta) debêntures, representando um montante adicional de até R\$437.500.000,00 (quatrocentos e trinta e sete milhões e quinhentos mil reais); (iii) valor nominal: as debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal"); (iv) séries: a emissão será realizada em série única; (v) forma: as debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados; (vi) conversibilidade: as debêntures não serão conversíveis em ações; (vii) espécie: as debêntures serão da espécie subordinada; (viii) data de emissão: para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 1º de abril de 2005 ("Data de Emissão"); (ix) prazo e data de vencimento: as debêntures terão prazo de vencimento de 120 (cento e vinte) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de abril de 2015 ("Data de Vencimento"); (x) colocação:



As debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, com colocação mediante regime de melhores esforços, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, independentemente de qualquer ordem cronológica, as instituições que vierem a aderir ao contrato de distribuição das debêntures ("Coordenadores Contratados") e/ou os clientes da Instituição Líder ou dos Coordenadores Contratados que desejarem efetuar investimentos nas debêntures, sendo certo que a distribuição das debêntures será realizada apenas se forem colocadas, no mínimo, 7.500 (sete mil e quinhentas) debêntures. A Instituição Líder poderá celebrar contratos de adesão com os Coordenadores Contratados que prevejam a colocação das Debêntures mediante regime de garantia firme nos termos do contrato de distribuição das debêntures; (xi) prazo de subscrição: respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até 6 (seis) meses contados da data da publicação do anúncio de início de distribuição das debêntures; (xii) forma de subscrição e de integralização: a subscrição será efetuada por meio dos procedimentos da Câmara de Liquidação e Custódia ("CETIP") e do Sistema de Distribuição de Títulos - SDT. O pagamento do Preço de Subscrição (conforme definido abaixo) deverá ser feito à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional; (xiii) preço de subscrição: As debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal, acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada pro rata temporis desde a Data de Emissão até a Data de Integralização ("Preço de Subscrição"); (xiv) negociação: a Emissão será registrada para negociação no mercado secundário por meio do Sistema Nacional de Debêntures - SND e do Sistema Bovespa Fix; (xv) pagamento do Valor Nominal: o Valor Nominal será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento; (xvi) remuneração: sobre o Valor Nominal incidirá, a partir da Data de Emissão, uma taxa de remuneração pós-fixada ou pré-fixada, acrescida ou não de sobretaxa, cujo período de incidência, intervalo de pagamento e respectivo(s) percentual(is) serão definidos pelo conselho de administração da Companhia ("Remuneração"); (xvii) períodos de vigência da Remuneração: período durante o qual a respectiva Remuneração permanecerá inalterada ("Período de Vigência da Remuneração"). Cada Período de Vigência da Remuneração subsequente ao primeiro Período de Vigência da Remuneração terá início no último dia do Período de Vigência da Remuneração anterior e encerramento conforme vier a ser deliberado pelo conselho de administração da Companhia nos termos do item (xxi) abaixo, sendo certo que o prazo final do último Período de Vigência da Remuneração coincidirá com a Data de Vencimento das debêntures; (xviii) primeiro Período de Vigência da



3

Remuneração: o primeiro Período de Vigência da Remuneração terá início na Data de Emissão e encerramento em 1º de abril de 2008 ("Primeiro Período de Vigência da Remuneração"); (xix) Remuneração do Primeiro Período de Vigência da Remuneração: durante o Primeiro Período de Vigência da Remuneração, sobre o Valor Nominal incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 102,60% (cento e dois inteiros e sessenta centésimos por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "Extra-Grupo" ("Taxa DI"), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>); (xx) Periodicidade de pagamento da Remuneração: a Remuneração do Primeiro Período de Vigência da Remuneração será paga anualmente a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de abril de 2006 e o último em 1º de abril de 2008. Farão jus à Remuneração do Primeiro Período de Vigência da Remuneração os titulares das Debêntures ao final do dia útil anterior à data de pagamento; (xxi) repactuação: a primeira repactuação ocorrerá em 1º de abril de 2008. O conselho de administração da Companhia deliberará e comunicará aos debenturistas, com antecedência mínima de 6 (seis) dias úteis da data de encerramento de cada Período de Vigência da Remuneração, as condições aplicáveis ao Período de Vigência da Remuneração subsequente, incluindo: (a) o prazo do Período de Vigência da Remuneração subsequente; (b) a modalidade e os percentuais da taxa de Remuneração e prêmio, se houver, para o Período de Vigência da Remuneração subsequente; (c) a existência ou não de amortização das Debêntures durante o Período de Vigência da Remuneração subsequente; e (d) a periodicidade de pagamento da Remuneração, do prêmio e da amortização, se houver qualquer dos dois últimos. Alternativamente ao procedimento descrito na letra (b) acima, relativamente ao percentual da taxa de Remuneração, a Companhia poderá adotar, para fixação da nova taxa de Remuneração, procedimento de coleta de intenções de investimento junto ao mercado (*bookbuilding*), a ser realizado mediante leilão de repactuação, de acordo com os termos e condições constantes de edital a ser publicado pela Companhia no prazo mencionado neste item; (xxii) vencimento antecipado: o agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da escritura de emissão e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal das debêntures, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, e encargos moratórios, se houver, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência dos seguintes eventos: (a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Companhia, cujo valor agregado seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais),



atualizados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas; ou constituição da Companhia em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor, salvo se o protesto ou constituição em mora tiver sido efetivado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados, ou da obrigação que esteja em atraso, for objeto de depósito em juízo, em qualquer caso no prazo máximo de 30 (trinta) dias do aviso escrito que lhe for enviado pelo Agente Fiduciário nesse sentido; (b) pedido de concordata preventiva formulado pela Companhia, liquidação ou decretação de falência da Companhia (ou, quando a Lei n.º 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 entrar em vigor, qualquer procedimento de recuperação judicial ou extra-judicial); (c) não pagamento, pela Companhia, do Valor Nominal, da Remuneração e de quaisquer outros valores devidos aos debenturistas nas datas previstas na escritura de emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da respectiva data de vencimento; (d) falta de cumprimento, pela Companhia, de toda e qualquer obrigação prevista na escritura de emissão, não sanada em 30 (trinta) dias, contados da data em que for recebido aviso escrito que lhe for enviado pelo agente fiduciário, nesse sentido; (e) transferência do controle acionário, tal como definido em lei, da Companhia para pessoas físicas ou jurídicas que não sejam suas controladoras ou pessoas jurídicas que não sejam suas controladas ou sujeitas a controle comum, ainda que indiretamente; (f) vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia decorrente de inadimplemento contratual, cujo valor individual ou agregado seja igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais), atualizados anualmente pela variação do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas; (g) pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, caso a Companhia esteja inadimplente com relação às suas obrigações pecuniárias previstas na escritura de emissão, e (h) extinção ou dissolução da Companhia; **(3)** a delegação de poderes ao conselho de administração da Companhia para que este (i) delibere ou altere as matérias de que trata a segunda parte do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76; (ii) cancele as debêntures que não vierem a ser colocadas durante o prazo de distribuição; (iii) cancele as debêntures que forem adquiridas pela própria Companhia, mediante declaração do agente fiduciário de que as debêntures a serem canceladas encontram-se na tesouraria da Companhia; (iv) delibere as condições aplicáveis a cada Período de Vigência da Remuneração nos termos do item (xxi) acima; **(4)** em decorrência das deliberações acima, fica a administração da



companhia, autorizada a (i) decidir pelo exercício da opção de aumento do valor da Emissão em até 20% (vinte por cento) e adotar todas as providências para permitir tal aumento nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM n.º 400/03 e nos termos dos documentos da Emissão; (ii) adotar todas as providências necessárias para permitir o exercício da opção pela instituição líder de aumento do valor da Emissão em até 15% (quinze por cento) nos termos do artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03 e dos documentos da Emissão; e (iii) tomar todas as providências no sentido de promover o arquivamento do Programa de Distribuição e o registro da distribuição da Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários e demais órgãos competentes, bem como para negociar e celebrar a escritura de emissão e assinar toda e qualquer documentação relativa ao Programa de Distribuição, à distribuição e à Emissão, contratar agência(s) de classificação de risco (*rating*), instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação das debêntures, bem como contratar o agente fiduciário, banco mandatário e escriturador, fixando-lhes os respectivos honorários; **(5)** confirmar e ratificar todos os atos relativos ao Programa de Distribuição e à Emissão que tenham sido praticados pela diretoria anteriormente a esta data. **VIII. OBSERVAÇÕES FINAIS** - O Sr. Presidente franqueou o uso da palavra, não havendo, todavia, nenhuma manifestação. Os trabalhos foram então suspensos para a lavratura da presente ata, que tendo sido lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Secretário e demais acionistas presentes. (aa) José Ermírio de Moraes Neto, Presidente; Wilson Masao Kuzuhara, Secretário; p. Votorantim Participações S.A., Marcus Olyntho de Camargo Arruda e Nelson Koichi Shimada; José Ermírio de Moraes Neto, Marcus Olyntho de Camargo Arruda e Wilson Masao Kuzuhara.

A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio.

São Paulo, 13 de abril de 2005.


WILSON MASAO KUZUHARA
Secretário

